

PARECER JURÍDICO

Processo Licitatório nº 013/2024

Pregão Eletrônico nº 004/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção predial, sob demanda, com fornecimento de peças, materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra, na forma estabelecida nos diversos itens das planilhas de serviços e insumos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil-SINAPI desonerada (utilizando como critério o maior desconto percentual).

Foi apresentada pelo solicitante uma impugnação quanto ao Edital, nos termos dos arts. 164 *caput* da Lei Federal de n. 14.133/2021 e 118 do Decreto Municipal de n.º 5.983/2023.

Vale destacar que a contradita se encontra tempestiva, tendo sido realizada em 23 de julho de 2024 observando os requisitos formais estabelecidos nos regramentos mencionados, em especial quanto ao prazo previsto no art. 164 da Lei Federal de n.º 14.133/2021.

Pois bem.

A empresa **COMERCIAL B & F LTDA**, inscrita no CNPJ 07.051.239/0001-30, questionou sobre a adequação da descrição do objeto licitado em relação ao fim disposto que em sua opinião tende às exigências técnicas específicas das obras e serviços de engenharia.

Não obstante, ressaltou sobre a importância de analisar a descrição para que ela possa ser clara e detalhada para que as empresas interessadas compreendam o escopo dos serviços ou obras a serem realizados e assim poder garantir as propostas apresentadas para que sejam adequadas e comparáveis, promovendo ambiente competitivo justo.

Na sequência, recomendou que seja feita uma revisão do edital para assegurar que todos os requisitos técnicos estejam claramente especificados e que a descrição do objeto esteja alinhada com os objetivos do contrato.

A impugnante traz diversos argumentos para fundamentar o pedido suspensão do processo sanar as irregularidades apontadas, sendo elas: a) Exigência de garantia de 5% (cinco por cento) do valor contratual, b) Ausência de BDI, c) impossibilidade de uma única empresa conseguir entregar todos os itens, d) imprevisibilidade de entrega.

Posteriormente foi juntado um parecer da equipe técnica do SAAE, assinado pelo Chefe de Setor de Operação, Manutenção e Expansão e o Diretor de Manutenção de Água e Esgoto.

No referido parecer, concluem pelo conhecimento e provimento parcial da impugnação, reconhecendo pela obscuridade da exigência da garantia e a ausência da Planilha BDI – Benefícios e Despesas Indiretas.

Nessa esteira, é possível reconhecer o prejuízo para o certame no eventual prosseguimento da licitação, pela ausência de documentação necessária e ao não atendimento de critérios específicos.

Sendo assim, a Procuradoria opina pelo conhecimento da impugnação, tendo em vista ter preenchido todos os requisitos formais, bem como a suspensão/revogação do certame para correção das irregularidades mencionadas, requerendo o posterior encaminhamento para a Procuradoria após a realização dos ajustes necessários.

Salvo melhor juízo, é como opino.

Viçosa, data da assinatura eletrônica.

Antônio Augusto Reis e Reis
Procurador Jurídico Administrativo – SAAE
OAB/MG 219.312